

Santos, sábios e impostores: percepções sobre os leitores e a leitura em Pernambuco no início do XIX

Saints, sages and impostors: perceptions about readers and Reading in Pernambuco at the beginning of the XIX

Breno Gontijo Andrade

 <https://orcid.org/0000-0001-8820-6027>
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Ainda no início do século XIX, os iletrados percebiam os livros, a leitura e os leitores como algo fora do cotidiano que beirava o mágico. Alguns até negavam esse caráter extraordinário ao desacreditar nos conhecimentos que poderiam ser adquiridos através dos livros. O passado, outras línguas jamais poderiam ser aprendidos pela leitura, somente pela vivência. Outros, porém, valorizavam a habilidade de ler e associavam-na muitas vezes ao clero. Essa ambivalência observada entre os iletrados nem sempre se repetia entre aqueles que conseguiam ler. Os letrados valorizavam os saberes advindos dos livros, sabiam da sua importância. No entanto, o artigo apresenta alguns comentários de um observador da época que relacionou a chegada das luzes a Pernambuco e às capitanias adjacentes como algo nocivo. Explicava que os habitantes letrados não estavam preparados mentalmente para essa grande mudança. O que ocasionou na chegada de livros e ideias à região foi um conjunto de más interpretações e formulações equivocadas que provocou, de certa maneira, a Revolução de 1817.

Palavras-chave: Leitura. Leitores. Revolução de 1817. Revolução Pernambucana. Oralidade.

Abstract: Even at the beginning of the 19th century, the illiterate perceived books, reading and readers as something outside their lives that bordered on the magical world. Some even denied this magical character by discrediting the knowledge that could be acquired through books. The past, other languages could never be learned by reading, only by living. Others, however, valued the ability to read and often associated it with the clergy. This ambivalence observed among the illiterate was not always repeated among the educated. The educated people valued the knowledge derived from books, they knew its importance. However, the article presents some comments from contemporary observer. The observer related the arrival of the lights to Pernambuco and the adjacent captaincies as something harmful, because its literate inhabitants were not mentally prepared for this great change. What caused the arrival of books and ideas in the region was a set of misinterpretations and misconceptions that caused the 1817 Revolution in a certain way.

Keywords: Reading. Readers. Revolution of 1817. Pernambucana Revolution. Orality.

A partir de 1809, o viajante Henry Koster¹ fixou-se em Pernambuco, mas também explorou as capitanias vizinhas. Atentamente, anotava suas observações sobre o que via e ouvia. Em seu



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Nascido em 1784, em Lisboa, Henry Koster era filho de ingleses e teve uma educação inglesa. Sua família era abastada e vivia do comércio, mas nada se sabe além disso. Chegou em Pernambuco em 1809 para tratar de uma suposta tuberculose, pois disseram-lhe que os ares de Pernambuco faziam bem. A partir de 1810 quis conhecer o Norte e viajou por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Teve contatos com os homens mais abastados até com pessoas simples do sertão. Finda sua viagem, arrendou o engenho do Jaguaribe, a quatro léguas do Recife, mas mudou-se para a ilha de Itamaracá após atritos com seus vizinhos. Em Itamaracá, instalou novo engenho com escravaria. Eventualmente, retornava à Inglaterra, mas preferia ficar em seu engenho. Em 1816 publicou na Inglaterra o “Travels in Brazil” que retratava a sua vivência em Pernambuco e suas andanças pelas capitanias. De volta a Pernambuco, participou da Revolução de 1817, mas as fontes pouco dizem sobre sua atuação. Estima-se que tenha falecido em 1820 e foi enterrado no cemitério dos ingleses.

relato de viagem é possível conhecer muitos hábitos do Norte da América portuguesa.

Sobre a leitura, percebeu que era uma habilidade quase inexistente no sertão e bastante rara no litoral, sendo este último espaço o local das principais áreas urbanas do Norte. Provavelmente, nos espaços urbanos, os leitores fossem mais comuns, mas ainda muito poucos, se comparados com a população total, restringindo-se aos eclesiásticos e aos membros das camadas superiores (nem todos familiarizados com a habilidade de ler), aos quais se juntavam alguns poucos que vinham dos estratos inferiores da sociedade.

Ainda assim, entre essas poucas pessoas havia certo desinteresse pela leitura. Os homens de posses, por exemplo, cultivavam o hábito de jogar cartas por dinheiro², o que, para Koster, era uma das causas ou consequências do pouco interesse pelos livros. Dizia o viajante que o amor pelo jogo pode ser facilmente explicado [pelo] pequeno ou nenhum gosto pelas leituras (KOSTER, 1942, p. 245)³. Houve outra ocasião vivida por Koster que evidencia distanciamento de alguns leitores em relação aos livros. Trata-se do episódio em que o inglês estava lendo em seu engenho quando foi surpreendido por um vizinho, possivelmente outro senhor de engenho ou proprietário de terras: “Às vezes um dos meus vizinhos, em Itamaracá ou Jaguaribe, chegava no momento em que eu estava lendo e ficava surpreso por saber como me divertia com aquela ocupação. Recordo que um amigo exclamou: Não és padre e sempre estás lendo. É um brevíário que lês?” (KOSTER, 1942, p. 399).

Ao interpelar o inglês, o vizinho demonstrou conhecimento sobre quem eram os maiores familiarizados com a cultura escrita, pois associou o hábito de ler aos padres, bem como citou um dos gêneros que eles liam, os brevíários. Sutilmente, Koster critica seu vizinho pelo fato dele não conceber a leitura como um divertimento e, sim, como um hábito praticado apenas por eclesiásticos. Do supracitado trecho, pode-se inferir que, na sociedade pernambucana, havia quem tivesse preconceitos em relação ao hábito de leitura, mesmo entre os que sabiam ler ou que conheciam a cultura escrita, pois, como se vê, para o leitor em questão, a leitura era concebida como pertencente ao cotidiano dos padres⁴.

Louis François de Tollenare, viajante francês que chegou em Pernambuco no ano de 1816, teceu alguns comentários sobre a instrução do clero, grupo teoricamente em contato contínuo com livros⁵. Convidado por alguns padres para um jantar, em suas conversações logo constatou que

² O jogo de cartas era um lazer comum às sociedades do Antigo Regime e o jogo “a valer”, isto é, o jogo que envolvia o dinheiro, foi adotado por setores da sociedade no Brasil nas primeiras décadas do XIX. Talvez fosse apenas um modismo que Koster tomou como uma atividade que rivalizava com a leitura.

³ Márcia Abreu defende o argumento segundo o qual nas pinturas feitas por viajantes estrangeiros, o leitor “brasileiro” é retratado com pouca civilização, *acumulando sobre ele sucessivos rebaixamentos* (ABREU, 2000, p. 3). Não é o caso de Henry Koster, que, embora não tenha feito pinturas sobre o hábito de ler, deixou-nos relatos importantes. No trecho citado, o inglês apenas narra um costume que percebe entre os homens abastados que sabiam ler, sem querer rebaixá-los. Ele mesmo descreve como fazia suas próprias leituras, quando lia sem esforço, sentado à porta de sua casa, ao clarão do luar (KOSTER, 1942, p. 359).

⁴ Um estudo detalhado sobre a composição do clero em Pernambuco e nas capitânicas vizinhas nos finais do século XVIII e início do XIX ainda está por ser feito. No entanto, há pistas importantes no livro “Os padres e a teologia da ilustração – Pernambuco 1817, do professor Antônio Jorge de Siqueira. Por exemplo, mapeia a quantidade de conventos na região demonstrando que o clero era bastante atuante. Dois conventos beneditinos em Olinda e na Paraíba, um convento dos capuchinhos italianos no Recife, outros conventos dos capuchos em Igarassu, Olinda, Ipojuca, Serinhaém, Recife, Alagoas e Penedo, além de conventos dos carmelitas observantes, carmelitas turoneses, carmelitas marianos e congregados do oratório. Soma-se o Seminário de Olinda coordenado pelo clero como espaço formador dos estudantes da região. NEVES, Guilherme P. C. Pereira das. *O Seminário de Olinda: Educação, Cultura e Política nos Tempos Modernos*. Niterói: Curso de Mestrado em História da UFF, 1984 (Dissertação de Mestrado).

⁵ Louis François de Tollenare foi um francês negociante que chegou a Pernambuco um pouco antes da Revolução de 1817 e presenciou os seus desdobramentos até a sua derrota. Descendente de uma família flamenga que se estabelecera em Nantes, no início do século XVII, Louis François de Tollenare nasceu em 4 de abril de 1780 e ficou órfão aos quinze anos de idade. Estudou na Escola Central de Nantes, em seguida trabalhou numa casa de comércio, viajando por várias partes da Europa. Em 1808, em sociedade com dois engenheiros ingleses, montou uma fábrica que produzia máquinas para a indústria têxtil, mas seus negócios foram frustrados pela guerra militar e comercial travada por Napoleão contra a Inglaterra. Em 1816, veio ao Brasil a pedido de seu primo, o Conde du Fou, para a compra de um carregamento de algodão, fretando para isso três navios. Nesse período, aconteceu a Revolução, o que não impediu os seus negócios; Tollenare, porém, além do algodão, comprou uma carga também de pau-brasil, vendida pelos *patriotas*. Como a venda de pau-brasil era monopólio da Coroa, o navio com pau-brasil foi aprisionado e enviado para a Bahia. Tollenare viajou a Salvador para desembargar o navio e, assim, seguir viagem para a França. Voltou para França em 1818, onde se dedicou

eles eram muito instruídos, que mesmo nenhum aspecto da Revolução Francesa era-lhes estranho. Na ocasião, os padres, com sede de instrução, a todo tempo inquiriam Tollenare, mas, segundo o francês, não contribuí[ram] a instruir-me do que um estrangeiro deseja[va] saber sobre o Brasil. Tollenare reclamava que tentava conversar sobre o interior do país, mas que os padres só queriam discutir sobre a política europeia, o que causou uma situação constrangedora, pois, mesmo sendo francês, o viajante sabia menos do que os padres a respeito daquela matéria. Por isso, L. F. Tollenare reconhecia que era menos instruído que os seus interlocutores padres, que era menos hábil do que eles na arte de fazer perguntas que decidem o assunto de uma conversação (TOLLENARE, 1978, p. 26). Na percepção de Tollenare, era o clero a classe mais instruída, e essas luzes cobriam até mesmo os frades mendicantes: “não é esta a primeira vez que noto que entre os frades, mesmo mendicantes, se encontra mais espírito de instrução do que nas outras classes”. Aliás, prossegue o observador francês, era essa superioridade de conhecimentos que justificava a manutenção da existência do clero em Pernambuco (TOLLENARE, 1978, p. 26). Outros observadores também notaram a instrução do clero pernambucano e deduziram que ele foi crucial para o debate e circulação de ideias que culminou na Revolução de 1817: “não foi nas câmaras, nos quartéis nem nas alfândegas e sim nas sacristias, nos púlpitos das igrejas, nos corredores dos conventos e nos pátios das capelas que aconteceram os murmúrios contra o regime absolutista” (SIQUEIRA, 2010, p. 15).

Mesmo entre aqueles para os quais a cultura escrita tendia a ser mais conhecida, a cultura oral não deixava de ser notória, fazendo parte do cotidiano. O ato dos padres se reunirem, convidarem um estrangeiro e iniciarem debates acerca dos acontecimentos da Europa, indica não só o conhecimento que detinham sobre diversos assuntos, mas também as trocas que estabeleciam, aprendendo através da discussão e ensinando da mesma forma, via oralidade, aos mais ignorantes no assunto. Ainda que o iletramento fosse uma barreira que impedia o conhecimento de alguns temas, alguns homens não familiarizados com a leitura poderiam aprender nas discussões, nos encontros, nos jantares, sobre as novidades ou sobre conhecimentos em geral.

Ao estudar a leitura na capitania de Minas Gerais, particularmente em Mariana entre 1714-1822, Luiz Carlos Villalta chega à semelhante constatação, afirmando que a leitura coletiva e oral era mais difundida que a prática de leitura individual e silenciosa. Essa maior difusão da leitura coletiva e oral se deve aos limites da difusão da habilidade de ler, embora não fosse apenas consequência dela, uma vez que a prática da leitura oral também era cultivada entre os letrados (VILLALTA, 2007, p. 295).

Dizia Koster, a respeito da melhoria da cultura do açúcar no país, que

muitos proprietários de engenho de açúcar, que residem integralmente no Recife, ou os que fazem visitas frequentes àquela cidade [...] se reúnem e ouvem o que se vai passando pelo mundo, leem os poucos livros disponíveis, e logo concordam com as novas ideias (KOSTER, 1942, p. 422).

Os senhores de engenho de Recife e regiões adjacentes reuniam-se com seus pares para trocar saberes a respeito do cultivo da cana de açúcar⁶. Dessa maneira, os locais desses encontros poderiam se configurar também em espaços de sociabilidade. Não só o cultivo da cana de açúcar,

às suas atividades comerciais, sendo atuante em sua comunidade e publicando mais de vinte livros sobre variados temas. A sua obra *Notas Dominicais – Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil em 1816, 1817 et 1818* – é a mais importante para conhecimento do Norte do Brasil no início do XIX.

⁶ Em 1799, há relatos da venda de 110 exemplares das *Memórias sobre o açúcar*, para Pernambuco (WEGNER, 2004, p. 134). O relato dos viajantes revela alguns progressos da política reformista da Coroa Portuguesa em Pernambuco, na medida em que os plantadores pareciam comprar alguns desses livros e debater sobre eles. Alguns sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa preocupavam-se em difundir, entre os habitantes das colônias, os conhecimentos filosóficos e agrônômicos, persuadindo-os a entregarem-se às culturas novas com o incentivo de prêmios, acompanhando-os em experiências e tentativas. As publicações da Academia Real visavam a “aperfeiçoar a sabedoria popular e tradicional fazendo experiências e aplicando o saber científico na exploração tecnológica de alguns produtos naturais” (SILVA, 1999, p. 40).

mas a agricultura de um modo geral era tema de interesse nesse período, quando fisiocratas defendiam a importância da terra e da agricultura como geradoras de riquezas. Esse debate já acontecia também no mundo luso-brasileiro. Por exemplo, em Portugal, o Frei José Mariano da Conceição Veloso, editor da Casa Literária do Arco do Cego entre 1799-1801, dedicou-se a publicar obras de autores portugueses e brasileiros, além de traduções de obras de diversas línguas. Na Casa do Arco do Cego, Frei Veloso, sob as ordens de D. Rodrigo de Souza Coutinho, buscou publicar obras que colocavam em prática o Reformismo Ilustrado, iniciado por Pombal e continuado – guardadas as devidas diferenças – por D. Maria I, e modernizar e diversificar a economia, instruindo os agricultores (a agricultura era percebida neste tempo como a parte mais importante da economia). Foi publicado, por exemplo, *O fazendeiro do Brasil melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*, para instrução dos agricultores.

Nos espaços de sociabilidade, como citado por Koster, a cultura oral permitia a transmissão dos aprendizados, feitos por meio do contato com a cultura escrita, àqueles que não haviam lido determinados títulos, ou que não sabiam ler. Prova disso é que os senhores de engenho se reuniam e ouviam-se uns aos outros – disso é exemplo o que os sertanejos fizeram ao encontrarem Koster – para saber das coisas que se passavam no mundo, enquanto outros se inteiravam das novidades graças à leitura. O outro viajante, L. F. de Tollenare, não deixou de perceber que, entre os senhores de engenho, havia aqueles que se ocupavam do conhecimento sobre a agricultura, obtidos talvez em livros editados na passagem do século XVIII e inícios do século XIX:

Há alguns senhores de engenho que se ocupam da parte teórica da agricultura e de alguns ensaios de melhoramentos nos processos da cultura e da fabricação. Pelo menos tive notícia da sua existência pelos sarcasmos de que [eu] era objeto (TOLLENARE, 1978, p. 67).

O autor das Notas Dominicais diz-nos que alguns senhores queriam melhorar suas culturas e, por isso, ocupavam-se, além da parte prática, da parte teórica da agricultura, isto é, estudando-a, por exemplo, através de ensaios sobre melhoramentos, processos da cultura e fabricação. Eram tão familiarizados com a agricultura que o respeitável negociante francês era alvo dos sarcasmos dos senhores de engenho⁷. Dizia: “quantas vezes não me bateram no ombro dizendo, com um ar chocadeiro, como Voltaire ao mestre André: Vá fazer carapuças; não é a gente como nós que o senhor pode ensinar” (TOLLENARE, 1978, p. 71).

É bem possível que os agricultores que não tivessem lido sobre a parte teórica da agricultura recorressem às reuniões, como aquelas citadas por Koster. Os dois viajantes mostram que, ainda que houvesse desavenças entre os senhores de engenho, de maneira geral, havia uma troca de experiências, a busca de alguns para melhorar suas culturas. Henry Koster dizia que esses senhores buscavam conhecimentos relativos ao modo de administrar as plantações em outras colônias (KOSTER, 1942, p. 422). Assim, os senhores de engenho, letrados ou não, queriam saber tudo que dizia respeito às plantações de suas terras, isto é, parte das leituras que faziam estava intimamente ligada ao seu ofício. Nesse caso, a leitura desses agricultores estaria ligada a uma função útil, ou seja, à procura pelo aprimoramento das técnicas de plantio, resultando em maiores lucros, do que ao divertimento ou à erudição. Há de se lembrar também que a fisiocracia era uma teoria econômica bastante discutida no mundo luso-brasileiro sobretudo porque as riquezas do Brasil estavam relacionadas à terra.

Essa hipótese está em acordo com os estudos de Luiz Carlos Villalta sobre a composição das bibliotecas de Mariana, em Minas Gerais, entre 1714 e 1822. Segundo o autor referido, a posse de livros, em parte, também estaria ligada à atuação profissional e, portanto, até 1822, na América

⁷ Em alguns momentos do seu livro, L. F. de Tollenare reclamou das pilhérias que sofreu por ser francês e não ter tantas luzes como esperavam. O viajante nutria antipatias e ao mesmo tempo admirações por alguns habitantes do Norte, pelo fato de não ter tantos conhecimentos, quando comparado aos seus interlocutores.

Portuguesa, o livro seria para alguns leitores fonte de saberes relativos ao exercício profissional (VILLALTA, 1999, p. 361). Maria Beatriz Nizza da Silva também chega à mesma conclusão ao analisar algumas bibliotecas particulares enviadas de Portugal para o Brasil entre 1776 e 1820. Segundo a historiadora, nas bibliotecas analisadas, existiam obras de utilidade geral como dicionários, gramáticas, livros religiosos, com o predomínio, porém, das obras relacionadas às atividades profissionais dos proprietários das bibliotecas. Mais do que objeto de recreação ou lazer, o livro era um instrumento de trabalho⁸ (SILVA, 1999, p. 132).

Pensando sobre a cultura escrita no Norte, Henry Koster não se esquece também de descrever como os homens do povo percebiam aqueles que sabiam ler. Ao longo de sua narrativa, o inglês faz duas distinções: entre o povo, de um lado, distingue aqueles que não conheciam nada sobre os livros e a leitura (isto é, ignoravam até mesmo o que fosse o objeto livro e o hábito de ler) e, de outro, os demais, que conheciam os livros por ver ou ouvir falar, mas que não sabiam decifrá-los. Mas, antes de um aprofundamento sobre essas percepções acerca da relação do povo⁹ com a cultura escrita, é salutar esclarecer a ideia de povo que vem sendo utilizada.

A ideia de povo aqui utilizada é semelhante àquela preconizada por Henry Koster. O viajante não inclui entre o povo aqueles indivíduos que não são livres, isto é, os escravos. L. F. Tollenare chega a dizer, em suas anotações, que os negros escravos não passavam de gado (TOLLENARE, 1978, p. 67)¹⁰. Os índios¹¹ também não estão entre o povo, talvez por não se estabelecerem em um local definitivo, viverem à parte da sociedade de súditos portugueses. Koster diz que os índios estão separados, devido ao estado de degradação. Nessa perspectiva, os índios estariam acima dos escravos (pois eram livres), mas abaixo do povo (eram selvagens e não se fixavam). Os senhores de engenho também não comporiam o povo, pois estavam acima dele, tanto pela pujança quanto pela instrução, ainda que essa última fosse muitas vezes rudimentar: eles pertenciam à chamada “nobreza da terra”. Por fim, de acordo com os relatos de Henry Koster – em grande parte corroborado pelas anotações de L. F. Tollenare –, povo seria o grupo composto por aqueles homens que são livres, independentemente da cor, que compactuassem mais ou menos dos hábitos dos súditos portugueses, ao mesmo tempo em que eram de condições modestas, incluindo mesmo os que tinham pequenas propriedades. Koster é explícito sobre o que entende por povo:

Falando sobre o caráter geral do povo livre, não incluo os senhores de engenho, cujos conhecimentos são, algumas vezes, consideráveis e os indígenas inteiramente separados, devido seu estado de degradação, todavia faço incluir as pessoas brancas dos pequenos proprietários. É surpreendente notar, com evidente prazer, a pequenina diferença que se faz entre um branco, um mulato e um negro, se eles são todos pobres ou se nasceram livres. É surpreendente porque nas colônias da Inglaterra, França e Holanda, as distinções são decididamente marcadas, e no meio dos Espanhóis as linhas estão estabelecidas entre as várias

⁸ De acordo com a historiadora, certos grupos profissionais deteriam bibliotecas ainda maiores, como são os casos dos eclesiásticos e magistrados. Haveria ainda uma variação entre esses dois grupos: aqueles que ocupavam a alta hierarquia teriam uma quantidade ainda maior de livros do que os profissionais mais humildes. Bispos e desembargadores estariam mais equipados do que freis e rábulas.

⁹ No dicionário de Raphael Bluteau, publicado em 1716, a palavra povo significa “os moradores da cidade, vila ou lugar. Povo miúdo, a plebe, o vulgo, a gentinha baixa. Povo também se chama quem segue a opinião ou as máximas do povo” (BLUTEAU, 1716, p. 661). Na revisão do dicionário de Bluteau feita por Antônio de Morais Silva e publicado em 1789, povo também tem a nova acepção de “Nação, gente” (BLUTEAU, 1789, p. 225). Para a historiadora Luísa Rauter Pereira o conceito de “povo” é bastante fluido e ambíguo. Tal conceito é basilar para outros conceitos da política e foi amplamente utilizado no mundo moderno. Seu uso foi recorrente tanto na linguagem comum quanto nos meios científicos e intelectuais. A cidadania, a democracia, a nacionalidade, a legitimidade dos governos foram pensadas a partir do conceito de povo (PEREIRA, 2011, p. 11).

¹⁰ Em relação a esse excerto, o historiador deve evitar um julgamento moral anacrônico. Tollenare não está depreciando os negros, pelo contrário, quem lê sua obra, sabe que Tollenare tem afeição aos negros, ao mesmo tempo em que considera bastante deplorável a escravidão. O motivo para Tollenare chamar de gado os negros cativos baseia-se na sua visão de negociante liberal. Os escravos são gados porque são propriedades e não porque são negros. Os negros que não são cativos estariam em uma categoria superior à dos negros cativos, pelo fato de não serem propriedade.

¹¹ Havia várias etnias de índios no Norte. Aqui, não importa distinguir cada uma, mas saber que os viajantes percebiam essas etnias como diferentes, em termos culturais, do homem europeu ou europeizado.

gradações de cor (KOSTER, 1942, p. 400).

Sobre os homens do povo que ignoravam os livros e a leitura, Koster nos lega descrições do tempo em que havia se instalado em Itamaracá. Administrando sua propriedade, lembrava-se que havia convidado o velho Apolinário para que fosse ao seu engenho todas as tardes ensinar orações aos meninos negros. O convite muito agradou ao velho, que a cada tarde vinha relatar a Koster o aproveitamento de cada negrinho, demorando-se no conversar. Certo dia, o velho falou ao inglês com reservas sobre o passado, o tempo dos jesuítas, considerando-os santos e diferentes dos clérigos de então. Porém, o velho Apolinário assustou-se quando Koster demonstrou também ter conhecimento sobre o tempo dos jesuítas¹². O inglês assim descreveu a conversação que tiveram, bem como as suas primeiras impressões:

“O senhor não era nascido nessa época, e se fosse nascido não estava em Pernambuco, e onde soube essas cousas que sucederam no tempo passado?” Não consegui fazê-lo compreender perfeitamente onde eu obtivera meus conhecimentos. Não é, entretanto, a única pessoa que se admira, tomada de surpresa, não admitindo que se possa ter conhecimento pelos livros espalhados por todo o mundo, e que os homens escrevam para instrução alheia (KOSTER, 1942, p. 398).

Esse excerto demonstra como um homem do povo percebia um leitor (no caso, o viajante inglês). O velho Apolinário suspeitava da veracidade das palavras de Koster, pois como o inglês poderia conhecer sobre o passado de Pernambuco, se ele não era nascido naquela época, e mesmo que o fosse, não era oriundo da região? Para Apolinário, haveria duas formas apenas de conhecer o que se passou: ou vivendo o tempo do acontecimento de que falavam, ou ouvindo um relato de alguém que nele viveu. Somente a experiência e a oralidade seriam capazes de ensinar o que se passou. Para o velho, outra possibilidade de se aprender sobre o passado, como a relatada por Henry Koster, soava como falsa. Embora não mencione, é certo que o inglês lhe explicou que aprendera sobre todas aquelas coisas na leitura de livros. No entanto, parece que o velho Apolinário não acreditou, pois Koster diz que não conseguiu fazê-lo compreender perfeitamente onde obtivera os seus conhecimentos.

Boa parte dos homens do povo não tinha familiaridade com o livro como um objeto e não entendia como algo frágil, feito de papel e com quatro ângulos retos, poderia ensinar alguém. A postura do velho com relação ao conhecimento de Koster é de ceticismo: não haveria como conhecer o passado lendo livros, somente experimentando ou ouvindo um relato de outrem, tal como ele fazia ao ensinar aos meninos as orações. Portanto, a leitura de livros como forma de conhecimento do passado era algo improvável no universo do velho Apolinário, cuja lógica era ditada pela cultura oral: Koster estaria mentindo. O inglês ainda toma o cuidado em dizer que o ocorrido não se tratava de um acontecimento isolado; o velho Apolinário não era o único que não admitia que se [pudesse] ter conhecimento pelos livros espalhados por todo o mundo. Isso demonstra que outros muitos homens que Koster encontrou em sua jornada pelo Norte compartilhavam do mesmo juízo manifestado pelo seu interlocutor, isto é, ignoravam que se pudesse saber de alguma coisa pela cultura escrita e tomavam como mentirosas as obras de história.

Além desses homens descrentes em relação ao aprendizado através de livros, Koster também encontrou aqueles que valorizavam o contato com as letras, mas que não sabiam decifrá-las. Pouco após narrar sua conversa com o velho Apolinário, diz:

Alguns, dessa mesma classe com quem palestrava muito confusamente, ouviram-me falar sobre a variedade das línguas e sobre os países do globo, e diziam: “E como pode um desses povos entender o outro?” Respondia que os idiomas podiam ser conquistados pelo estudo. Replicavam: “Sim, entendo”. E concluíam: “A sua gente é mais sabida que a nossa. Não podemos aprender

¹² A Companhia de Jesus controlou o ensino na colônia até ser expulsa em 1759.

outra língua, senão a nossa”. Esse povo é invariavelmente humilde e está sempre pronto para receber a instrução (KOSTER, 1942, p. 398).

De acordo com o relato, o povo com quem conversava acreditava que a gente de Koster era mais sabida do que eles, pois conseguia conversar em outros idiomas, alcançados, como disse, pelo estudo. Isso implica uma valorização, por parte dos homens que palestravam com o viajante, não só de um indivíduo nascido na Inglaterra, mas de todos que compunham a “gente de Koster”, por saberem comunicar-se em outras línguas através do estudo¹³. Talvez, para esses homens espalhados pelo Norte, fosse até mágico que povos distantes, em contato com livros, em seus estudos, adquirissem a habilidade de falar outras línguas.

Há também uma breve comparação entre os homens trabalhadores dos canaviais, próximos da costa, plantadores de mandioca, sertanejos, com os pescadores e jangadeiros do Recife. Embora esses grupos compusessem o povo, para Koster, os homens associados à água eram mais instruídos, pela frequente comunicação com o Recife e outros portos, o [que] os torna[va] mais sabedores do que se passa no mundo do que os habitantes do interior (KOSTER, 1942, p. 399). Mais instruídos pela cultura oral, realmente. Mas, na opinião do viajante, eram de caráter mais fraco, por serem menos corajosos, sinceros e hospitaleiros quando comparados aos sertanejos.

Entre o povo, ainda havia aqueles que supervalorizavam a cultura escrita, elevando-a ao patamar do sobrenatural. Dizia Koster que soubera que ele gozava de fama de santo entre a gente de cor dos arredores. “Dizem, que Vm. é muito santo” pelo fato de estar sempre lendo (KOSTER, 1942, p. 399). O hábito de leitura, como a narração demonstra, podia ser percebido por algumas pessoas como algo místico, capaz de elevar o leitor à categoria de santo, ou poderia haver a associação entre o hábito de ler e os clérigos, uma vez que eles predominavam entre os que eram familiarizados com a leitura.

Se até agora, entre o povo em geral, poderia haver gente que percebia um leitor como um impostor, ou como um santo, havia ainda aqueles que atribuíam importantes distinções aos que dominavam a escrita e a leitura. Henry Koster observa, em seus relatos, que a pessoa que sabe ler, escrever e contar, atingiu às alturas da perfeição e é muito respeitada, e depois desses últimos anos é visto de maneira inferior o homem que não sabe todas as coisas (KOSTER, 1942, p. 400). Mesmo as mulheres, tratadas muitas vezes naquela sociedade como inferiores, através do conhecimento da leitura e dos livros, poderiam galgar estima, chegando até mesmo ao nível dos maridos no que diz respeito à instrução. As mulheres, especialmente, tomam elas próprias muita vantagem desse estado que as coloca no mesmo nível de seus maridos, segundo Koster (1942, p. 400)¹⁴.

Para os casamentos com as moças de elite do sertão, principalmente com aquelas que tinham algum berço, havia duas exigências a serem seguidas, de acordo com os relatos do viajante. A primeira, que o nubente fosse branco, pois havia famílias no sertão de ricos mulatos desejosos de que os descendentes fossem também brancos (KOSTER, 1942, p. 482). A segunda exigência era que o noivo soubesse ler e escrever. Dizia o inglês:

¹³ Essa observação feita pelo viajante pode ser questionada. Como seu livro era destinado para um público inglês, talvez estivesse, inconscientemente, contrastando uma cultura com outra, isto é, uma “civilizada” e uma “cultura bárbara”, pensamento típico do século XIX. Porém, mesmo que Koster queira elevar uma cultura sobre a outra, o que não me parece ser o caso, o relato revela o desconhecimento do povo em geral da cultura escrita ou mesmo de acontecimentos passados em outras partes do mundo.

¹⁴ Luís Antônio Verney ao observar a realidade em Portugal percebeu também que o acesso das mulheres à leitura poderia levá-las à instrução. Em sua obra intitulada *Verdadeiro método de estudar*, de 1746, reconhecia que as mulheres eram tão capazes de alcançar a razão quanto os homens, mas que a maneira pela qual elas eram educadas – ou que não eram educadas – as inferiorizava. Por isso, Verney defendia uma educação ampla que ensinasse às mulheres da elite desde história universal até economia doméstica, para que engrandecessem a família, a religião e, por fim, o Estado, ao passo que às mulheres ordinárias bastava o saber ler e contar. Não se pode esquecer que o livro era considerado por muitos um objeto não só perigoso para o público geral, mas também para as mulheres. Segundo o pensamento da época, não só nos países ibéricos e seus domínios, o livro era perigoso, pois poderia incitar as mulheres aos desvios de conduta.

Quando residia no Jaguaribe, via habitualmente um rapaz de boa compleição, natural da ilha de S. Miguel. Esse rapaz estava em minha companhia em uma ocasião em que o Comandante do Sertão se hospedara em nossa casa. O Comandante perguntou-lhe se sabia ler e escrever, e ouvindo resposta negativa, disse: – “Assim, o senhor não serve”. E se voltando para mim, concluiu: – “Fui incumbido por um amigo de levar comigo para o Sertão um português moço, de bom aspecto e hábitos regulares, sabendo ler e escrever, com o propósito de casá-lo com sua filha. Essa espécie de encomenda não é extraordinária” (KOSTER, 1942, p. 482).

As habilidades de ler e escrever parecem ter sido, algumas vezes, mais valorizadas que o fato do pretendente ser português, branco, de bom aspecto e de hábitos regulares. Talvez porque o conhecimento das letras fosse um distintivo naquela terra marcada pela oralidade e pelo iletramento. Certamente, um homem com as habilidades solicitadas, poderia ajudar com maior desembaraço na administração dos empreendimentos da família da noiva.

Para alguns cargos na administração local, o próprio governo do Império Português valorizava o fato do súdito ser branco e o principal: saber ler e escrever. O autor anônimo do livro *Revoluções do Brasil*, escrito pouco depois de 1817, relata que, para se tornar um juiz ordinário ou presidente das câmaras nas vilas pobres de Pernambuco, era necessário, além de ser homem honrado, pacífico e branco, também saber ler e escrever sofrivelmente (IAHGP, 1884, p. 38). Ler e escrever eram habilidades requeridas, mas sabia-se que, nas vilas pobres, homens com essas capacidades eram ainda mais raros, tanto que eram aceitos aqueles que escreviam sofrivelmente. O autor ainda relata que muitos desses juizes ordinários tomavam como assessor um ex-escrivão e que deixavam a maioria das tarefas para eles resolverem, pois que “no assessor descansavam elles brutaemente!” (IAHGP, 1884, p. 38).

Enfim, é possível dizer que todas essas relações dos habitantes do Norte com a cultura escrita – ceticismo quanto ao aprendizado pelos livros, valorização e, em alguns casos, supervalorização daqueles que sabiam ler e escrever pelo povo – revelam uma sociedade essencialmente iletrada e, ao mesmo tempo, vinculada à oralidade, que estranhava ou deslumbrava-se quando entrava em contato com os livros.

A mágica oficina de fazer sábios repentinos

Anos depois das viagens de Koster e Tollenare, após a Revolução de 1817¹⁵, um autor anônimo escreveu a obra intitulada *Revoluções do Brasil*. Ao que parece, a ideia geral da obra era esboçar um panorama sobre o que era Pernambuco no início do século XIX, abordando aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, a fim de entender os processos que culminaram na Revolução de 1817. A obra *Revoluções do Brasil* é composta por vários livros, sendo que cada um era dividido em outros tantos capítulos. Aos nossos dias, porém, sobreviveu apenas um único livro. Trata-se do número 6, que compõe a segunda parte da obra. Ele é dividido em dez capítulos, que abordam a ideia geral do que era a capitania de Pernambuco pouco antes de 1817. Ater-me-ei ao capítulo 9, em que o autor procura entender as origens culturais¹⁶ de 1817,

¹⁵ A Revolução de 1817 foi um movimento que eclodiu na região Norte que hoje chamamos de Nordeste. Teve como principal objetivo a independência do Brasil, ou de boa parte dele, mas logrou êxito temporário apenas em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e partes do Ceará. Teve participação popular e de escravos, mas foi liderado por negociantes, senhores de engenho, religiosos, militares e funcionários públicos insatisfeitos com a monarquia regida por D. João VI. Queriam implantar uma República e, enquanto a Revolução durou, constituíram um governo chefiado por cinco membros, baseado no Diretório francês. A Revolução de 1817 foi duramente reprimida e, ao longo do período imperial, houve a tentativa de minimizar seus efeitos, de apagar sua memória. Por isso, ainda hoje ela é pouco conhecida, pouco detalhada. A sua denominação mais popular, “Revolução Pernambucana”, é redutora, busca circunscrevê-la a um espaço menor do que ela alcançou; busca submetê-la a uma mera revolta com objetivos locais quando a Revolução ambicionava a independência senão de todo o Brasil, de boa parte de suas capitanias.

¹⁶ Para o estudo da Revolução Francesa, Roger Chartier sugere o uso do termo *origens culturais* ao invés de *origens intelectuais*. O primeiro termo, de acordo com o autor, seria mais fluido que o segundo, uma vez que aceitaria várias matrizes de ideias, mesmo as contrárias, na composição do espectro de pensamentos que concorreu para a Revolução Francesa (CHARTIER, 2009, p. 29).

segundo o seu entendimento.

Antes de emprestar voz aos documentos, é necessário, primeiramente, esclarecer o posicionamento político do autor e o momento em que sua obra foi escrita. Embora o nome do autor não nos tenha chegado – o que facilitaria no conhecimento de suas inclinações políticas –, o seu modo de pensar fica bastante explícito, sobretudo quando tece algumas críticas contra a Revolução e contra os personagens que nela figuraram. Esse posicionamento – realista, diga-se de passagem – ficará evidente a seguir.

Quanto ao período de escrita da obra *Revolucções do Brasil*, estimo que tenha se dado entre 1818-19, ainda no calor da pós-revolução, quando se devassava sobre o grau de participação de alguns levantados¹⁷.

O título que o autor escolheu para o capítulo 9 de seu livro 6 é “Progressos das Ciências em Pernambuco” (IAHGP, 1884, p. 90). A palavra progresso, que o leitor poderia entender em seu sentido stricto, de avanço ou melhoria¹⁸, no decorrer do texto, revela-se com outro significado, isto é, o de movimento ou propagação. A ideia central do capítulo, defendida pelo autor, é a de que não houve um avanço das ciências e artes em Pernambuco e, sim, uma passagem delas pela região sem serem bem aproveitadas por seus habitantes. Aliás, a passagem e os progressos das ciências por Pernambuco revelaram-se como as desgraças que originaram a Revolução de 1817.

Inicia o escritor dizendo que aqueles primeiros anos do XIX eram tempos de popularização das ciências exatas, naturais e políticas em todas as nações. Em Pernambuco, não haveria de ser diferente. A Capitania fatalmente receberia o seu quinhão de ciências e artes. Isso aconteceu com mais evidência a partir da mudança da corte portuguesa para o Brasil em 1808.

O ano de 1808 teria sido importante porque nele, além de muitas “aquisições preciosas”¹⁹, os pernambucanos também foram mimoseados com vários “livros vivos” que chegavam. Assim, para o autor, uma das formas de se contaminar com as ciências e artes era ler/ouvir um livro. Não só isso: houve também o aprendizado exclusivamente oral, através da profusão de sábios estrangeiros visitando aquelas terras e ensinando aos seus habitantes. O escritor se lembra de um viajante em especial que agiu dessa forma, já renomado em Pernambuco naquele período: “e não valia por muitos o sábio Henrique Koster (IAHGP, 1884, p. 91)?” Desse modo, as ciências e as artes teriam chegado à antiga capitania de Duarte Coelho através dos “livros vivos” e dos sábios estrangeiros.

Mais importante seria o ano de 1810, com o fim da Inquisição no Brasil²⁰. Após esse grande evento, de acordo com o relato, houve uma “liberdade ilimitada para ler, ler e meditar aqueles livros sublimes que, por conterem a mágica hermética de fazer sábios repentinos eram perseguidos sem piedade por aquele rústico tribunal” (IAHGP, 1884, p. 91). De acordo com o escritor, a Inquisição seria como uma grande barreira, por perseguir os leitores sem piedade, mas que, após sua extinção no Brasil, fez verter para Pernambuco vários “livros sublimes”. Por sua vez, esses livros eram um dos elementos que contribuíram para a transformação mágica de homens comuns em “sábios repentinos”, de acordo com o autor.

No entanto, os “livros sublimes” não podiam provocar essa transformação se não houvesse o interesse dos pernambucanos por eles. Segundo o autor, a liberdade ilimitada de 1810 provocou,

¹⁷ Um estudo mais minucioso poderia comprovar/contrariar a hipótese de que o livro *Revolucções do Brasil* tenha sido escrito entre 1818-19. É bem certo que o livro foi escrito antes da Confederação do Equador, pois, quando o autor cita o padre João Ribeiro, frei Miguelinho e frei Caneca, diz que o primeiro morreu, ao passo que o segundo teve melhor sorte, e trata o último como vivo. Ademais, a Revolução é o centro da escrita do autor, de modo que, quando surge a oportunidade, ele dialoga com aquele evento, unindo 1817 com eventos passados e interpretações próprias. Por outro lado, eventos tão importantes não são correlacionados, como a Revolução do Porto de 1820 e a Independência de 1822. O autor escreve como se esses eventos ainda não tivessem acontecido.

¹⁸ No dicionário de Bluteau, a palavra tem o sentido de *adiantamento* (BLUTEAU, 1716, p. 767).

¹⁹ Provavelmente essas *aquisições preciosas* se refiram à pujança comercial provocada pela abertura dos portos às nações amigas em 1808.

²⁰ Enquanto no Brasil a Inquisição teve os seus últimos dias em 1810, em Portugal ela durou até 1821.

naquelas pessoas, a ânsia por novos catecismos, atiravam-se a eles com fome, devoravam com sofreguidão. Era de se esperar que Pernambuco gozasse de progressos monstruosos (IAHGP, 1884, p. 91), progressos no sentido de avanços. Mas não foi o que aconteceu na percepção do escritor anônimo. Apesar desses ventos favoráveis, dessas transformações, os “sábios repentinos” pouco se diferenciavam do povo; e o povo ignorava se havia no mundo ciências (IAHGP, 1884, p. 91). A intenção do autor nessa passagem é mostrar que, malgrado tenha havido mudanças em alguns homens que entraram em contato com os “livros sublimes”, essas transformações foram tão diminutas que os “sábios repentinos” ainda se confundiam com a turba. Embora houvesse ciências e artes em profusão, os “sábios repentinos” não eram suficientemente hábeis para tratar delas. As únicas exceções seriam os sábios que se formaram antes de 1808, antes dessa invasão da ciência e das artes. O autor também nutre certo desprezo por esses sábios mais antigos. Porém, há o reconhecimento que, em termos intelectuais, esses sábios mais antigos estavam à frente do povo e dos “sábios repentinos”.

De acordo com o autor das *Revoluções*, os sábios anteriores a 1808 podiam ser divididos em dois grupos: gênios cultos e gênios superiores. Os cultos seriam aqueles que sabiam ler, escrever e contar passavelmente. Os superiores seriam aqueles que “com uma décima, um soneto, um arrazoado, ou um libelo famoso, já muito d’antes se tinham granjeado direitos a uma reputação literária” (IAHGP, 1884, p. 91). Os gênios superiores ainda eram conhecidos por se vangloriar de terem se doutorado nas Metafísicas Hipolitanas: “queremos dizer, com as ideias que Hipólito e companhia lhes mandavam pelo seu dinheiro” (IAHGP, 1884, p. 91)²¹. Entre os gênios superiores, o autor inclui o padre João Ribeiro e o frei Miguel Joaquim de Almeida, ambos mestres do Seminário de Olinda²². Dessa forma, ironiza o autor, a massa de luzes que havia em Pernambuco era composta pelos gênios cultos e superiores, estes últimos representados nas figuras dos supracitados mestres do Seminário.

Assim, além dos “livros vivos”, dos sábios estrangeiros, contribuíam para a nova alquimia de transformar homens comuns em “sábios repentinos”, esses “gênios cultos e superiores”. Os dois mestres do Seminário, por exemplo, eram responsáveis por explicar textos e fixar o sentido (IAHGP, 1884, p. 92). O autor ainda escarnece dos dois clérigos, dizendo que eles recorriam às suas luzes e a alguns vocábulos técnicos, tirados de álgebra, química e outras faculdades, para ensinar aos seus seguidores. Havia, inclusive, assembleias coordenadas pelos dois clérigos, às quais o observador dizia acorrer tanta bulha com aquelas sonoras palavras, que os novos vindos pasmavam de tanta filosofia. Nas assembleias também se avaliava [...] o mérito dos escritores nacionais e estrangeiros. Para o autor, esses pernambucanos que experimentavam as primeiras investidas no mundo das ciências e artes não passavam de ridículos, dizia: “devemos aqui parar pois que nos lembram cenas, cujo cômico nos faria parecer indecentes” (IAHGP, 1884, p. 92).

Embora o autor trate essas assembleias de forma pejorativa, o relato não deixa de ser revelador. Assim como disse anteriormente, quando alguns senhores de engenho se reuniram para debater sobre livros, as reuniões para debates também propagavam as ideias dos livros e as tornavam conhecidas, na medida em que havia discussão sobre elas, seja reforçando, adaptando ou se opondo a essas mesmas ideias. Os homens que participavam desses encontros aprendiam

²¹ Em seus relatos, Henry Koster alertava para o grande fluxo de periódicos para Pernambuco, sobretudo, do *Correio Braziliense*.

²² O autor das *Revoluções do Brasil* fez uma segunda divisão entre os *gênios superiores*: os *regulares* e *seculares*. Os *regulares* seriam, além do padre João Ribeiro e frei Miguelinho (Seminário de Olinda), frei João Loureiro (Convento de São Francisco), frei Joaquim Caneca (Convento do Carmo), padre João Vieira (Mosteiro de São Bento), Padre Laurentino Antônio (Congregação do Oratório) e *mais alguns sábios [que] haviam [sic] em cada um daqueles conventos [...] calamos os seus nomes, na esperança de que nos ficarão agradecidos*. Os *seculares* seriam o professor Dr. Antônio Francisco Bastos, o governador Caetano Pinto, o Deão de Olinda Bernardo Luiz Ferreira Portugal, o dicionarista Antônio de Moraes Silva, o senhor de engenho Manoel José Pereira Caldas, o Ouvidor de Olinda Antônio Carlos de Andrada e o naturalista Manuel Arruda Câmara (IAHGP, 1884, p. 96). Todos esses homens seriam os representantes da *massa de luzes* em Pernambuco.

e ensinavam, através da cultura escrita e da cultura oral.

Dessa forma, a formação dos sábios repentinos estava atrelada ao contato com os “livros viventes”, com os sábios estrangeiros, com os “gênios cultos e superiores” da terra e com a frequência nas assembleias organizadas por esses últimos. A esse processo, o autor classificou como a “mágica oficina de fazer sábios repentinos”, isto é, a formação artificial de gente comum, que nada tinha de sabedoria. Segundo o autor, a mágica oficina obteve tanto sucesso em solo pernambucano que se difundiu nos conventos e espaços dominados pelos eclesiásticos, tais como o Seminário de Olinda, o convento de São Francisco, o convento do Carmo, o mosteiro de São Bento de Olinda e a Congregação do Oratório. Nesses espaços infestados de sábios repentinos, era comum “ver saltar um aprendiz do banco de mau discípulo para a cátedra de grande mestre” (IAHGP, 1884, p. 92).

No que diz respeito especificamente às artes, o observador anônimo relata que eram em Pernambuco da mesma cor das ciências: poderíamos dizer delas que apenas eram conhecidas pelo nome. Assim as artes liberais (Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Música, Arquitetura e Astrologia) eram quase nada, e as artes mecânicas mal sobreviviam nas figuras dos sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, ourives, ferreiros etc. Mesmo assim, as artes mecânicas eram percebidas como decadentes pelo autor, pois eram exercitadas exclusivamente por negros e mulatos “[...] ainda na escravidão! E por consequência sujeitas as suas artes ao desprezo universal” (IAHGP, 1884, p. 96)!

Por fim, se antes era esperado que as ciências e as artes aproveitassem as riquezas dadas pelas mãos liberais do criador àquela Capitania e promovessem a sua civilização (IAHGP, 1884, p. 90), o que ocorreu em Pernambuco foi o contrário. A invasão das ciências e artes, através da cultura escrita (livros viventes, livros sublimes) e da cultura oral (sábios estrangeiros), ao atingir os homens comuns, na visão do autor, desencadeou uma mágica que só era completada com a ajuda dos gênios cultos e superiores de Pernambuco, que se reuniam com esses homens em assembleias, formando assim “uma mágica oficina de fazer sábios repentinos”. Dessa forma, o autor presume que, quando as ciências e as artes caem em mãos erradas, fatalmente, os efeitos são perniciosos. No caso, o produto das ciências e artes, isto é, “a oficina mágica e os sábios repentinos”, teriam sido responsáveis por amotinar Pernambuco em 1817.

Fontes

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. *Revoluções do Brasil. Revista do IAHGP*, Tomo quarto, nº 29. Recife: Typographia Industrial, 1884.

Referências

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e Notas de Luiz da Camara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira – Da Reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editora Estampa, 1999.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Os Padres e a Teologia da Ilustração: Pernambuco 1817*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 289-311.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na*

América Portuguesa. São Paulo: FFLCH-USP, 1999 (Tese de Doutorado).

Nota de autoria

Breno Gontijo Andrade é Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG (2015). Mestre em História e Culturas Políticas pela UFMG (2012). Graduado em História pela mesma universidade (2009). Tem experiência como historiador com ênfase em História do Brasil Colônia, como professor do ensino fundamental ao ensino superior e como autor de questões para avaliação do conhecimento histórico. E-mail: brenohistoria@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

ANDRADE, Breno Gontijo. Santos, sábios e impostores: Percepções sobre os leitores e a leitura em Pernambuco no início do XIX. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 208-219, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 20/10/2020.

Modificações solicitadas em 17/02/2021.

Aprovado em 17/02/2021.